

## **GRUPO DE ESTUDO DE DESEMPENHO AMBIENTAL DE SISTEMAS ELÉTRICOS - GMA**

### **METODOLOGIA PARA DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE REASSENTAMENTOS DECORRENTES DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS**

**BRUNO NERIS BASTO(1)\*; LETICIA FERRARO ARTUSO(2); DANIELA GOMES PINTO(3); GRAZIELA DONÁRIO DE AZEVEDO(4)**  
**CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE - EAESP/FGV(1)(2)(3)(4)**

#### **RESUMO**

A pesquisa busca contribuir com o aprimoramento de metodologias relativas à elaboração de diagnósticos socioeconômicos e ações para o monitoramento de reassentamentos involuntários por hidrelétricas. Para tanto, identificou lacunas e oportunidades com ampla revisão bibliográfica, análise documental de casos selecionados, e entrevistas semiestruturadas com atores do setor elétrico, além de experimento-piloto com famílias reassentadas pela UHE Garibaldi, em Santa Catarina. Seu resultado é um desenho metodológico baseado em territorialidades, tomando como norte a efetivação do direito à moradia adequada. Apresenta uma matriz de indicadores de processo na implementação e monitoramento dos reassentamentos, e de efetividade ao desenvolvimento sustentável do território.

**PALAVRAS-CHAVE** Reassentamentos; Hidrelétricas; Territorialidades; Indicadores; Reparação

#### **1.0 INTRODUÇÃO**

Um desafio para o planejamento do desenvolvimento sustentável no setor da hidroenergia tem sido, historicamente, os efeitos dos processos de deslocamento compulsório. O desterramento sociocultural das populações locais conformam inúmeros impactos materiais e imateriais ainda pouco compreendidos ou subdimensionados, e que se mantém como significativa face revés do desenvolvimento econômico e energético gerado pela implementação de hidrelétricas (1); (2); (3); (4); (5); (6); (7).

Ainda que a literatura de boas práticas aponte os reassentamentos como o modelo mais favorável à reparação das populações deslocadas por empreendimentos hidrelétricos, de forma a conferir seu desenvolvimento humano e econômico, com acompanhamento de empreendedores e do Estado, há enormes desafios para a concretização destes processos, incluindo questionamentos sobre a qualidade das moradias e falta de infraestrutura. No Brasil, a baixa qualidade dos diagnósticos de impactos, a baixa efetividade dos projetos e programas de reparação, e a baixa cooperação entre atores (8) qualificam o desafio que os deslocamentos compulsórios impõem ao setor elétrico no país.

A presente pesquisa busca contribuir para este tema ao investigar metodologias para o diagnóstico e monitoramento do desenvolvimento socioeconômico de populações reassentadas por empreendimentos hidrelétricos. Para tanto, fundamentou-se em ampla revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas, bem como assumiu estudo de caso único – o reassentamento compulsório de populações da hidrelétrica UHE Garibaldi, em Santa Catarina.

#### **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O percurso investigativo envolveu pesquisa qualitativa dedutiva, abordando os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Levantamento, análise e sistematização de dados secundários sobre estado da arte no tema, incluindo recomendações de organismos internacionais de referência (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, International Hydropower Association, International Commission on Large Dams, Comissão Mundial de Barragens, Organização das Nações Unidas);
- 2) Aprofundamento, por dados secundários, de 10 casos de empreendimentos hidrelétricos com reassentamento compulsório de populações, sendo 5 no Brasil e 5 no resto da América Latina – Salto Caxias (Paraná), Machadinho (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Belo Monte (Pará), Jirau (Rondônia), Itaparica (Pernambuco), Chaglla (Peru), Porce III (Colômbia), Yacyretá (Argentina e Paraguai), Zimapán (México) e Reventazón (Costa Rica). Sistematização de pontos de atenção e aprendizados para robustez e

maleabilidade da proposta; para tanto, observou-se as diversidades regionais em perspectivas histórica e espacial;

- 3) Realização de entrevistas semiestruturadas com 10 atores e instituições atuantes no tema no Brasil. Investigação de intuito qualitativo, sem pretensão de exaustão na amplitude de atores consultados; busca por aproximar a proposta a preocupações práticas do setor no Brasil.

A metodologia está sendo aplicada a famílias reassentadas para a UHE Garibaldi e os resultados serão compartilhados no seminário. Para esta pesquisa empírica foram sistematizados dados secundários sobre o caso e elaborados os seguintes instrumentos de pesquisa: i) roteiros a serem aplicados com instituições locais em temas de interesse como saúde, educação, assistência social; ii) um modelo de questionário domiciliar a ser aplicado às 17 famílias estabelecidas nos dois Reassentamentos Rurais Coletivos (RRC) e (iii) na aproximação qualitativa, a aplicação de *survey* de maneira aleatória, para fins de aproximação e comparação, junto a famílias optantes do Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR) e por Autoreassentamento por Carta de Crédito (ACC).

### 3. REVISÃO: LACUNAS E OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

A revisão bibliográfica sugere relação entre *poor performance records* e “inadequada deliberação sobre riscos e a falta de *accountability* no processo de decisão dos projetos”, sobre o qual a participação social revela-se um caminho para sua superação (9). Entretanto, à luz da diversidade de *outcomes* envolvendo projetos ditos participativos, a própria participação passou a ser posta em perspectiva, e há divergência entre atores sobre a maneira mais efetiva de promovê-la. Isto tem repercussão contemporânea na difícil correspondência entre medidas de reparação, atribuição e cumprimento de compromissos e responsabilidades entre as partes, o que inclui tensionamentos entre as propostas técnicas e aspectos materiais e imateriais das configurações socioterritoriais locais (4). Destaca-se dimensões étnicas, religiosas, ou maneiras variadas de uso material e simbólico dos espaços e recursos naturais; bens e relações que, desconsiderados nos estudos de “impacto”, têm como seu resultado a falta de engajamento local, e o surgimento ou ampliação de conflitos sociais, efeitos tais contrários às pretensões ao desenvolvimento (10); (11); (12).

Alia-se a tal retrato: i) assimetrias no acesso à informação; ii) produção de estudos frágeis que não contemplam a abrangência e totalidade de danos à população; iii) insuficiência nas “soluções de escritório” que subestimam a capacidade do conhecimento local para construção de soluções; iv) ausência de espaços apropriados e arranjos institucionais que garantam participação social e articulação institucional, e consequentemente fragilidade ou ausência de cooperação entre atores; v) persistente incapacidade ou desinteresse de atenção às especificidades locais e, consequentemente, falta de aderência e responsividade entre projetos e programas (incluindo aqueles voltados para a reparação de danos) e a multidimensionalidade da vida local (13); (14). Publicação recente de instituição de referência aponta o reconhecimento da maneira “tardia” pela qual o monitoramento é comumente tratado, devendo ser feito “desde o início” (15).

A investigação resultou nos seguintes pontos de atenção, tomados como caminhos para a construção da proposta metodológica:

- Peso dos modos de vida na percepção das experiências e da satisfação social: respeito e cuidado com saberes, práticas, história e memória social – aspectos materiais/tangíveis e, em particular, imateriais/intangíveis;
- Peso das trajetórias institucionais e de governança coletivamente pactuados na organização do processo;
- Peso de uma participação social significativa no engajamento/aderência do território: deliberações e decisões, bem como no monitoramento do desenvolvimento;
- Importância de uma visão regionalizada na promoção do desenvolvimento local sustentável, para além de visão centrada no projeto (concepção, planejamento, execução).

### 4. PROPOSTA METODOLÓGICA

O quadro de lacunas traduziu-se na investida por uma metodologia que contribua tanto ao fortalecimento de boas práticas institucionais em processos de licenciamento ambiental como em boas práticas empresariais. Busca-se aqui trazer subsídios para tornar os diagnósticos e monitoramentos cada vez mais sensíveis à complexidade das relações entre os efeitos sociais e ambientais gerados por grandes empreendimentos e, consequentemente, mais efetivos para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural das populações atingidas, com benefícios para os territórios e para o aprimoramento das práticas do setor.

A proposta estrutura-se em: i) base conceitual, como princípio norteador; ii) estrutura teórico-metodológica, como base operacional e organizativa de tais princípios norteadores; iii) uma matriz de indicadores, aventada a partir de referências gerais de diagnóstico e temas para o monitoramento do desenvolvimento dos reassentamentos por hidrelétricas. Em resumo, pretende-se aqui monitorar se o direito à moradia adequada conectado às territorialidades está garantido. Isto exige que o monitoramento seja um processo de avaliação contínua, que modela, de maneira adaptativa, seu planejamento e decisão a partir de tais insumos.

#### 4.1. Base conceitual: moradia adequada

O conceito de moradia adequada remonta à declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, de 1948, que definiu esse direito no grupo de direitos humanos reconhecidos internacionalmente como universais. O conceito avançou ao longo das décadas, passando a ser compreendido de forma cada vez mais ampliada, com a incorporação de aspectos culturais do território onde uma comunidade vive (16); (17). Relaciona-se a subjetividades, a identidades sociais e as suas territorialidades específicas, considerando os aspectos materiais e imateriais da vida (18); (19). A própria compreensão do que seja “adequado” põe em diálogo condições objetivas de habitabilidade com a diversidade cultural nos modos de habitar, de construir, de se relacionar com ambientes e pessoas; e com a multiplicidade de modos de se conceber espaços seguros, saudáveis e sustentáveis (17); (20). Trata-se de um guarda-chuva para outros direitos a ela relacionados, como o direito à água potável, à privacidade e à intimidade, à educação e ao trabalho.

Tal escolha é feita justamente pelo conceito não ser interpretado de maneira restritiva, como “um mero alojamento físico ou uma habitação concebida como uma mercadoria” (20), mas sim como o direito de se viver em paz, com segurança e dignidade (20). Ganha-se também correspondência às instruções internacionais em favor da promoção dos direitos humanos fundamentais e aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. A Tabela 1 apresenta componentes da moradia adequada.

**TABELA 1: Componentes da moradia adequada**

COMPONENTES			DESCRIÇÃO
Segurança jurídica da posse			Para garantir a moradia contra despejos e deslocamentos forçados e outros tipos de ameaças à posse
Disponibilidade de serviços e infraestrutura			A moradia será sempre mais adequada, quanto mais fácil seja o acesso a água potável, energia, saneamento básico e tratamento de resíduos, transporte e iluminação pública
Custo acessível da moradia			A moradia será sempre mais adequada, quanto mais os gastos com a moradia sejam proporcionais à renda, asseguradas as demais exigências para uma moradia adequada
Habitabilidade			A moradia será sempre mais adequada, quanto mais ofereça condições físicas e de salubridade adequadas
Acessibilidade			As ações para efetivação do direito à moradia adequada concretizarão tal direito, quanto mais contemplem os grupos mais vulneráveis
Localização			A moradia será sempre mais adequada, quanto mais adequadamente se seja inscrita aos modos e meios de vida locais, provendo acesso adequado às opções de emprego ou geração de meios de subsistência, transporte público eficiente, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer
Adequação cultural			A moradia será sempre mais adequada, quanto mais respeite a diversidade cultural e os padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais

Fonte: Adaptado de (16).

#### 4.2. Estrutura teórico-metodológica: uma abordagem territorializada, sensível e transparente

As diferentes territorialidades são compreendidas como espacialização de relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos indivíduos e comunidades, produzidas por relações cotidianas em suas diferentes dimensões, sempre de maneira múltipla e híbrida (21) (22). Os conceitos de territorialidades, território e processos de territorialização comportam uma abordagem relacional e dinâmica a conteúdos que variam no tempo e no espaço conforme as experiências e necessidades de cada grupo social. Isto contempla tanto situações particulares de potenciais modos distintos de relação com o ambiente entre os diferentes atores ou grupos sociais envolvidos, como relações unificadoras que façam sentido para o seu conjunto. Dialoga, assim, com as premissas da Avaliação de Impacto Social (AIS) e da Avaliação de Impactos em Direitos Humanos (AIDH), assumindo com isso as melhores práticas relativas à incorporação da avaliação de impactos sobre indivíduos e sociedades e sobre as formas como esses sujeitos interagem com o meio biofísico, econômico e sociocultural, favorecendo a elaboração de medidas emergenciais e de priorização e reparação voltados à reconstrução do território, e monitoramento (23); (24); (25).

É também fundamental a transparência em todas as etapas do diagnóstico, assim como o pleno acesso à informação. A transparência é um imperativo tanto no processo quanto nos resultados da avaliação dos danos e do processo de

reparação, bem como no seu monitoramento. Isto deve ser traduzido na qualidade da informação disponibilizada, com cuidados com a linguagem, por exemplo, ou no reconhecimento de deveres e responsabilidades para com os atingidos na implementação das medidas de resposta e reparação (25).

Para tanto, toma-se a centralidade das pessoas atingidas como referência teórica-metodológica, uma vez que os saberes locais são eles mesmos sistemas dinâmicos de conhecimento, adaptáveis às necessidades e transformações do cotidiano (26). A construção coletiva de narrativas sobre a experiência de vida nos reassentamentos e/ou da memória social ligada aos seus modos de vida pregressos dão importantes subsídios para a tomada de decisão, bem como à priorização de esforços. A diversidade de modos de conhecer e estar no mundo tem relação de influência mútua à produção da diversidade ambiental, pois, intimamente relacionado à sustentabilidade ecológica da vida (27). Nesse sentido, os saberes locais podem fornecer insumos práticos para construção de caminhos e respostas para problemas complexos (11). Em particular, a construção coletiva tem papel fundamental na identificação e encaminhamento prático de dilemas comunitários de ordem imaterial, sinalizando aspectos compartilhados da vida comunitária que são comumente invisibilizadas ou desconsideradas na elaboração e execução de projetos e programas de reparação – algo que, em plano coletivo, não se reduz a eventuais medidas de apoio psicossocial.

Impõe-se também dar o devido destaque às desigualdades presentes na conformação da estrutura social e suas relações sociais, na medida em que estas têm incidência decisiva na conformação destas mesmas territorialidades. A interseccionalidade ou consubstancialidade é a “interdependência das relações sociais de raça, sexo e classe” (28), e os olhares multicultural e interseccional trazem luz aos modos pelos quais são dados tratamentos diferenciais a certos indivíduos, práticas ou modos de ser e estar no mundo, reposicionando o universalismo presumido na Declaração Universal dos Direitos Humanos em favor do enfrentamento a abusos contra certas pessoas ou grupos conjugados a condições de maior vulnerabilização (29).

#### 4.3. O que diagnosticar?

As dimensões das territorialidades (TABELA 2) informam o conjunto de preocupações a serem atentadas e configuram-se referências para o diagnóstico. A sua confluência compõe um quadro significativo das relações socioespaciais locais. Além de sinalizar a intenção de que se cubram distintos aspectos da experiência das pessoas com respeito aos seus modos e ambientes de vida, cumpri-lo quanto à sua sistematização e análise não permite perder de vista seu caráter relacional e integrado. Em outras palavras, a compreensão dos dados levantados deve ter em vista, para além de relações de causa e consequência, possíveis afinidades e sinergias entre as medidas de reparação e a promoção do desenvolvimento territorial.

**TABELA 2 Dimensões das territorialidades para efetivação do direito à moradia adequada**

##### **Dimensões das territorialidades**

Habitação, sociabilidade e coesão social

Referências culturais

Economia e seguridade

Serviços públicos

Contexto institucional e político

Contexto histórico e territorial

Fonte: Elaboração própria, a partir de (22).

As dimensões das territorialidades aqui delineadas pretendem resultar em um quadro compreensivo, holístico e sensível das dinâmicas territorializadas da vida social então vigentes, de modo que faça da efetivação do direito à moradia adequada o aspecto norteador para a elaboração das medidas de reparação. Possivelmente, tais dimensões são úteis enquanto instrumentos de análise para quaisquer realizações de diagnósticos “de meio socioeconômico” envolvendo reassentamentos. Isto é, podem ser utilizadas tanto em possíveis processos de deslocamento compulsório “a realizar”, nos marcos do processo de licenciamento ambiental, quanto para o aprimoramento de práticas e/ou resolução negociada de conflitos envolvendo passivos socioambientais em casos de reassentamentos consolidados.

#### 4.4. O que monitorar?

O monitoramento do desenvolvimento territorial pode ser compreendido como o estudo das dinâmicas e transformações, ao longo do tempo, de um território. Para sua realização, frequentemente são implementados processos, sistemas e ferramentas constituídos por indicadores de desenvolvimento local, que podem contar com maior ou menor grau de participação social em sua construção e com diferentes abordagens territoriais (13); (14). A experiência cotidiana de populações atingidas por grandes empreendimentos é muitas vezes atrelada a processos de vulnerabilização social. Por isso, presume-se que a inserção de um projeto de desenvolvimento, como uma

hidrelétrica, não se limite a um “reconstruir melhor” (*build back better*) em que o “melhor” seja apenas em referência a impactos mais ou menos previstos mas que enfrente as condições para as vulnerabilidades pré-existent (30).

A Tabela 3 a seguir apresenta temas gerais que podem ser comuns aos vários contextos territoriais, sem pretensão, contudo, de exauri-los; é possível, que, por razões locais específicas (por exemplo, um contexto institucional e político particular) outros temas possam ser alinhados ao quadro, de modo a tornar os instrumentos temáticos de monitoramento o mais aderente possível às conformações territoriais em cada caso.

Partindo das referências acima indicadas para a realização de diagnósticos, aponta-se coletivamente quais das linhas temáticas servirão ao monitoramento do desenvolvimento dos reassentamentos. Enquanto o diagnóstico estabelece um “marco zero” no que tange à efetivação da moradia adequada na vida social então vigente, os temas apontam quais dados e recortes merecem acompanhamento, com um rol de indicadores para tanto.

#### 4.4.1. Matriz de indicadores

Os indicadores visam fornecer subsídios para o acompanhamento do desenvolvimento socioterritorial dos reassentamentos, bem como à tomada de decisão em torno de ações para tanto. Entende-se que o quadro aqui apresentado possa servir de inspiração para contextos diversos.

Entretanto, mais importante é que, para cada contexto territorial específico, haja aderência entre os indicadores e a pactuação coletiva sobre o processo de levantamento e uso das informações, com flexibilidade no seu planejamento a eventuais dinâmicas territoriais locais, e que se cumpram as premissas e disposições assumidas em compromisso entre as partes - o que propomos como um **Protocolo para o Acompanhamento do Desenvolvimento dos Reassentamentos**. Na prática, isto pode significar, a cada contexto particular, a necessidade de uma adequação ou seleção dos aqui recomendados, de modo a promover melhor otimização de esforços entre as partes.

Em particular, os indicadores aqui sugeridos trazem contributo sensível a persistentes lacunas no conhecimento sobre reassentamentos: i) Questões relativas a aspectos imateriais da vida nos reassentamentos; isto é, de elementos culturais e coletivos significativos que se relacionam a modos de vida e territorialidades específicas; ii) Uma preocupação multiescalar da temática, assumindo a indissociabilidade entre as medidas de reparação, a efetivação do direito à moradia adequada e o desenvolvimento socioterritorial.

**TABELA 3 Indicadores para moradia adequada**

TEMA	O que monitorar	Indicador	Métricas
MORADA	Padrões habitacionais e arquitetônicos	Casa	Sobre a titulação da propriedade, provimento de bens, manutenção e adensamento das casas
		Energia	Sobre disponibilidade, tipo, variação de gasto e qualidade do serviço de energia elétrica
		Saneamento	Sobre acesso, tipo e variação do gasto com saneamento
		Conectividade	Sobre acesso e qualidade de serviço de internet
	Paisagem cultural e vínculos sociais	Qualidade ambiental doméstica	Sobre poluição do ar e sonora
		Laços de vizinhança	Sobre mudanças nos laços de vizinhança
		Usos do terreno e satisfação	Sobre os modos de ocupação do terreno doméstico e satisfação geral sobre a morada
	Oferta e acesso viável de políticas e serviços	Saúde comunitária	Doenças mais comuns
		Educação comunitária	Alfabetização e escolarização comunitária
		Segurança comunitária	Sobre percepção de insegurança comunitária e no entorno
		Transporte e circulação comunitária	Sobre qualidade de estradas, acesso a transporte público e provimento de transporte escolar
		Assistência social comunitária	Sobre o acompanhamento da presença de sofrimento social na comunidade
SUSTENTO	Segurança alimentar,	Qualidade alimentar	Sobre estado nutricional infantil e insegurança alimentar familiar
		Custo de vida familiar	Sobre renda e despesa familiares médias, e preço de cesta básica regional

	<i>financeira familiar e comunitária</i>	Projetos familiares de vida	Sobre aspirações e sucessão familiares, e incertezas econômicas
	<i>Custo acessível da vida nos reassentamentos</i>	Trabalho decente	Sobre condições de trabalho, pressões e constrangimentos, posição na ocupação e desenvolvimento profissional
		Produção sustentável	Sobre o acompanhamento das atividades produtivas e sua adequação cultural aos saberes e práticas locais, formas de cooperativismo, uso de agrotóxicos, inscrição em programas governamentais para produção sustentável,
	<i>Concretização de projetos de vida individuais ou familiares</i>	Capacidade produtiva e de investimento	Sobre acesso a crédito, número de benfeitorias, área e preços médios da produção por tipo, taxas de comercialização e consumo
		Economia moral comunitária	Sobre o acompanhamento de formas não-monetizadas de relações econômicas, e da formação de dívidas morais e seus efeitos
VIDA COMUNITÁRIA	<i>Transmissão ou patrimonialização de referências culturais</i>	Perfil comunitário	Sobre população residente e dinâmicas étnicorraciais, religiosas; eleitores no novo contexto territorial/municipal, taxa de envelhecimento comunitário
		Lazer e recreação	Áreas de lazer ofertadas e utilizadas, satisfação com áreas de lazer, uso de outros ambientes para lazer e recreação
	<i>Conservação das práticas de uso sustentável de serviços ecossistêmicos com fins econômicos ou não-econômicos</i>	Referências culturais	Sobre serviços ecossistêmicos culturais: patrimônio, identidade, e inspiração cultural e espiritual; iniciativas de valorização cultural e integridade de sítios arqueológicos e demais espaços ou equipamentos históricos
		Relações comunitárias de cuidado	Sobre relações de cuidado e vínculos comunitários, e padrões de uso nos espaços comunitários
	<i>Proteção de direitos e do bem-estar nas relações sociais e políticas comunitárias</i>	Uso sustentável de bens ambientais compartilhados	Serviços ecossistêmicos: provisão, regulação; percepção sobre acordos de uso, áreas de uso comum e beleza cênica
		Conflitos e espaços de mediação	Sobre conflitos e efetividade de mecanismos de reclamação ( <i>grievance mechanisms</i> )
		Acesso à informação	Sobre canais de diálogo e veículos de informação disponíveis
		Participação social	Sobre perfil das organizações envolvidas, paridade participativa por gênero e raça, percepção sobre associativismo
PROCESSO DE REPARAÇÃO	<i>Efetividade dos programas ambientais e medidas de reparação às famílias</i>	Cumprimento dos programas de reassentamento	Sobre o status do cumprimento de programas ambientais e reassentamento
		Acesso à justiça	Sobre atuação de órgãos públicos em defesa de atingidos
		Disponibilidade de assistência técnica	Sobre propriedades atendidas por assistência técnica
MACROTE RITÓRIO		PIB, PIB per capita	Municípios em Área de Influência Indireta
		Ativação econômica	Montante arrecadado por Pagamento por Serviços Ambientais; acesso à microcrédito; número de alvarás na região; oportunidades territoriais
		Desenvolvimento territorial	IDH-M, Índice de Gini, Índice de Progresso Social, aspirações coletivas



	<i>Efetividade das medidas de reparação e de indenização à região</i>	Saúde	Cobertura Estratégia Saúde da Família, leitos de internação
		Educação	SAEB, IDEB, adequação da formação docente, evasão escolar, percepção sobre infraestrutura escolar
		Assistência social	Número de adolescentes internos em sistema socioeducativo, famílias cobertas por CRAS/CREAS, CAPS
		Segurança	Taxa de homicídios, municípios com atendimento especializados às mulheres em situação de violência, notificações de violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes; municípios cadastrados no Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social
	<i>Aderência das famílias reassentadas às dinâmicas territoriais</i>	Processos de vulnerabilização	Índice de Vulnerabilidade Social, índice de Desenvolvimento Familiar, instrumentos financeiros para enfrentamento da vulnerabilização social, notificações de trabalho infantil, notificações de gravidez precoce, número de portadores de Benefício de Prestação Continuada
		Adequação ambiental	Sobre focos de calor, estresse hídrico, desmatamento, coleta seletiva, volume de esgoto coletado e tratado por dia, validação de Cadastro Ambiental Rural
		Ordenamento territorial	Sobre cobertura e uso do solo, por tipo, taxa de urbanização, áreas ordenadas da região e beneficiados, áreas de floresta pública com uso comunitário, percepções sobre atividades extrativistas e pesqueiras

Fonte: Elaboração própria (2021).

## 5. OPERAÇÃO: GOVERNANÇA, PAINEL DE MONITORAMENTO E GESTÃO ADAPTATIVA

A operação da metodologia estrutura-se em uma lógica de governança compartilhada, em que se pactue coletivamente quem participa – atores e instituições envolvidas – bem como a estrutura coletiva para a gestão, deliberação e decisão sobre os problemas identificados e os meios de sua superação. Teríamos, de forma resumida:

- I) Uma estrutura de governança, de cunho local e participativo, que avalia e pactua continuamente o Diagnóstico;
- II) Seu contínuo acompanhamento por meio de um Painel de indicadores de Monitoramento, de forma que seus resultados sejam continuamente avaliados e repactuados, por meio de uma gestão adaptativa, considerando aspectos interseccionais e multiculturais.

O pontapé geral do processo significa um compromisso entre as partes interessadas pautado na construção de soluções conjuntas, e na disposição das partes para o seu cumprimento. Trata-se de uma abordagem de planejamento flexível e sensível ao território, com uma visão de longo prazo, favorecida pela cooperação entre atores: uma pactuação entre empreendedor e população, incluindo, sem se limitar a, esboços sobre a forma de constituição de um espaço de governança e prazos iniciais para estruturação do diagnóstico. Com a sua formalização, inicia-se de forma contínua a troca entre os conhecimentos técnicos e saberes locais: compartilha-se preocupações e combinam-se acordos a serem seguidos, o que dota o processo no seu todo da transparência necessária para o seu bom andamento.

## 6. CONCLUSÕES

Esta proposta metodológica parte do reconhecimento, amplamente documentado na literatura e experiência internacional no que tange aos deslocamentos compulsórios físicos (ou mesmo econômicos) como a última das alternativas para a realização de um projeto de desenvolvimento (1); (2); (3); (15); (31). Entretanto, não se furta a enfrentar um dilema ainda presente no setor e, sobretudo, para as populações atingidas, quanto às possibilidades de acesso, deliberação e ação sobre seus destinos. A abordagem territorializada para o desenvolvimento de reassentamentos, em termos operativos, significa uma conversão do olhar e das práticas de reparação; em outras palavras, para que a infraestrutura tenha a sua necessária significância socioterritorial, nos marcos de um desenvolvimento local sustentável também efetivo para quem sofre seu ônus, e com segurança para as partes.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CMB – COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Dams and development – a new framework for decision-making. The report of the World Commission on Dams. Earthscan, November 2000.
- (2) BANCO MUNDIAL. Políticas Operacionais: OP 4.12, involuntary resettlement, 2001.
- (3) IFC – INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. Padrão de desempenho 5: Revisão 0.1. Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, 2012.
- (4) CDDPH – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por barragens”. Brasília, 2010.
- (5) CERNEA, Michael. The risks and reconstruction model for resettling displaced populations. World Development, Volume 25, Issue 10, Pages 1569-1587. October 1997.
- (6) VAINER, Carlos B. O conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.
- (7) SCUDDER, Thayder. Social impacts of large dams projects. IN: BANCO MUNDIAL. Large dams: learning from the past, looking at the future. Workshop proceedings. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. April 1997.
- (8) HOFFMAN, Rose Mirian. Gargalos do licenciamento ambiental federal no Brasil. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, julho 2015.
- (9) FLYVBJERG, B., BRUZELIUS, N.; ROTHENGATTER, W. Megaprojects and risk: an anatomy of ambition. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- (10) CERNEA, Michael, ed. Putting People First: Sociological Variables in Rural Development. New York: Oxford University Press and World Bank, 1991.
- (11) CHAMBERS, R. Whose reality counts? Putting the first last. London, England: Intermediate Technology Publications, 1997.
- (12) MANSURI, Ghazala; RAO, Vijayendra. Community-Based and -Driven Development: A Critical Review. World Bank Policy Research Working Paper 3209, February 2004.
- (13) FGVCS – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Mapa dos caminhos – deslocamentos no meio rural. Uma análise do cumprimento de condicionantes da UHE Belo Monte relacionadas às famílias deslocadas compulsoriamente no meio rural. Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte, 2015.
- (14) PINTO, Daniela; MONZONI NETO, Mario Monzoni; GOMES ANG, Hector (orgs). Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018.
- (15) IHA – INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION. Hydropower sustainability – guidelines. International Hydropower Association, United Kingdom, 2nd edition - May 2020.
- (16) ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The right to adequate housing. UN-HABITAT, Office of the United Nations, High Commissioner for Human Rights, Fact Sheet 21, Geneva, November 2009.
- (17) ROLNIK, Raquel. Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções. Relatoria especial da ONU para moradia adequada. São Paulo, 2010.
- (18) SAULE JUNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. O direito à moradia no Brasil – Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e da ONU 29 de maio a 12 de junho de 2004 – Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- (19) CHAVES, Kena Azevedo; MONZONI, Mario; ARTUSO, Leticia Ferraro. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. Revista Direito FGV v. 15 n. 2, Maio-Ago 2019.
- (20) FAHRA, Leilani. Organização das Nações Unidas – Conselho de Direitos Humanos. Directrices para la Aplicación del Derecho a una Vivienda Adecuada. Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto, Leilani Farha. Asamblea General. Distr. general 26 de diciembre de 2019, Tema 3 de la agenda Consejo de Derechos Humanos, 24 de febrero a 20 de marzo de 2020.
- (21) SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, M; SPOSITO, E. Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- (22) SAQUET, Marco Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 19, n. 1, p. 5-15, 23 nov. 2012.
- (23) VANCLAY, F.; ESTEVES, A.M. (eds). New Directions in Social Impact Assessment: Conceptual and Methodological Advances, Cheltenham (UK): Edward Elgar, in press. ISBN 978 1 84980 117 1, 2011.
- (24) VANCLAY, F 2006. Principles for social impact assessment: A critical comparison between the international and US documents. Environmental Impact Assessment Review, vol. 26, no. 1, pp. 3-14.
- (25) THE DANISH INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS. Human rights impact mapping (Hydro). Danish Institute for Human Rights, Human Rights and Development Department, Corporate Engagement Programme, 2017.
- (26) SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR. Ano XIII, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- (27) ALBAGLI, Sarita. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. Seminário Saber local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2003.
- (28) HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo soc., São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- (29) CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, 171, 2002.



(30) ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Lessons learned from tsunami recovery. Key propositions for BBB [Build Back Better]. A report by the UN Secretary- General's Special Envoy for tsunami recovery, William J. Clinton, December 2006.

(31) BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Involuntary resettlement in IDB projects: principles and guidelines. Washington DC 1999.

## DADOS BIOGRÁFICOS



## (1) BRUNO NERIS BASTO

Doutorado em andamento em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Atualmente é pesquisador do Programa de Desenvolvimento Local no Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces). Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC/UFRJ), e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/UFRJ).



## 2) LETICIA FERRARO ARTUSO

Mestre em Gestão Pública e Política pela FGV-EAESP, Ecóloga pela UNESP / Rio Claro e possui MBA em Gestão e Tecnologia Ambiental pela Universidade de São Paulo-USP. Foi coordenadora ambiental da Geokinetics, empresa multinacional na área de sísmica e analista ambiental da Ambplan, consultoria em legislação ambiental. Começou a atuar no FGVces como pesquisadora no projeto Indicadores de Juruti e na iniciativa empresarial IDLocal. Coordenou a pesquisa de campo do projeto Indicadores de Belo Monte, em Altamira-Pará. Atualmente coordena projetos sobre desenvolvimento local em temas como cidades sustentáveis, deslocamentos compulsórios, danos socioambientais e governança territorial de grandes empreendimentos.



## (3) DANIELA GOMES PINTO

Coordenadora do Programa Desenvolvimento Local do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces), é geóloga pela USP, jornalista pela PUC-SP, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela London School of Economics and Political Science, UK, e doutoranda em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atua há 20 anos com desenvolvimento local e indicadores de monitoramento do desenvolvimento, especialmente no contexto de territórios que recebem investimentos em infraestrutura e mineração, com ênfase na construção participativa de processos e ferramentas, e nos preceitos de governança territorial e desenvolvimento humano.



## (4) GRAZIELA DONARIO DE AZEVEDO

Doutoranda e mestre em Administração Pública pela FGV EAESP com foco em participação social e conflitos. Ingressou na área socioambiental há 15 anos, desenvolvendo consultoria para ONGs. Em 2010 iniciou como pesquisadora do FGVces, atuando com populações atingidas por grandes obras de infraestrutura na Amazônia e por desastres sociotécnicos. Atuou no projeto Indicadores de Juruti e em pesquisas sobre empoderamento; fez parte da equipe dedicada à elaboração dos Indicadores de Belo Monte; foi secretária executiva da iniciativa "Grandes Obras na Amazônia: Aprendizados e Diretrizes"; e integrou por 3 anos a equipe do FGVces no Projeto Rio Doce.